

FORMAÇÃO PROFISSIONAL: AS CONTRIBUIÇÕES DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO NA HUMANIZAÇÃO DAS AÇÕES DOCENTES NA SALA DE AULA

Jailson Antonio Ribeiro Viana (1); Andrea Cristina Campelo Silva (2); Keila Maria Veras Soares Silva(3)

Faculdade do Maranhão- FACAM; jailson.rviana@gmail.com; andrealove.fiel@gmail.com; soares.keila@hotmail.com

Resumo: A pesquisa sobre a temática: “Formação profissional: As contribuições dos Cursos de Capacitação na humanização das ações docentes na sala de aula”, objetiva-se em analisar como os cursos de capacitação (Cursos de formação em vez de capacitação) podem contribuir na humanização de professores. Buscou-se, refletir sobre alguns aspectos relevantes à docência com relação aos alunos. Utilizou-se como metodologia um estudo numa abordagem quantitativa. Utilizou-se como aporte teórico Francisco Filho (2005); Libâneo (1994); Borges (2005); Gonçalves e Clemente (2014); Luckesi (1994) e Saviane (1985); entre outros estudiosos da prática docente. O resultado deste trabalho aponta que a formação continuada é um fator primordial para contribuição de uma prática de ensino mais flexível e real perante a classe discente, porém observou-se que, muitos profissionais não buscam constantes conhecimentos para melhores práticas.

Palavras-chave: Formação profissional. Contribuições. Capacitação. Docente.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende observar como certos profissionais se comportam diante da execução de tarefas. A ilação "na teoria é uma coisa, mas na prática é outra" é citado constantemente no meio profissional. Tal comportamento é possível observar em campo, nas atividades práticas, o que leva a refletir onde esse profissional se encaixaria, visto que, teoria e prática se relacionam. Para isso, é importante estar em constante processo de construção do conhecimento, por meio de ações que oportunizem a qualificação profissional.

Desse modo, justifica-se a realização da pesquisa pela extrema importância de incentivar mais qualificação para os profissionais e, portanto, qualificá-los nas suas ações. Assim, espera-se contribuir com a sociedade no sentido de proporcionar mais um apoio teórico para professores interessados na temática estudada. No entanto, deixa-se claro a necessidade de ampliar os estudos sobre a formação docente, pois é um assunto que não se esgota, já que, as práticas estão sempre buscando melhorias para a aprendizagem.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Panorama histórico da educação brasileira

No período pré-histórico, a educação era difusa, os mais velhos ensinavam aos mais

novos que aprendiam imitando as ações dos adultos. Na Antiguidade, segundo Francisco Filho (2005), a educação passou por um processo rigoroso e tendencioso de domínio e dualidade de classe. Na Grécia direcionava-se ao culto à beleza, ao corpo, já em Roma, os homens aprendiam usar as armas que os habilitava para a guerra. A educação oriental destacou-se pelo conservadorismo e pelo surgimento da inovação metodológica de Confúcio, que por ter ideias inovadoras foi condenado e morreu na prisão. Por conseguinte, a Idade média destaca-se pela prática da educação rigorosa nos mosteiros e pelo domínio sobre o conhecimento.

O Renascimento surge com um novo pensamento sobre o homem e sobre a forma de como ele deve aprender. Assim, surgem muitos educadores com ideias inovadoras. Nesse momento, já havia consolidação da burguesia comercial que ao final da Idade Média tornou-se classe dominante, e por essa razão no final do século XVIII entra em conflito com os reis, devido à falta de pagamento do imposto que privilegiava o clero e a nobreza.

Segundo Francisco Filho (2005, p. 151),

Durante o século XVIII, aconteceram duas grandes revoluções que determinaram enormes transformações no seio da civilização ocidental. A Revolução Industrial, iniciada por volta de 1760, na Inglaterra e a Revolução Francesa de 1789 marcaram o começo de um novo período histórico, chamado de idade contemporânea.

No século XVIII, houve um maior avanço rumo à educação e muitas pessoas que antes não tinham acesso à educação, passaram a frequentar as escolas, mesmo assim, haviam muitos que não tinham acesso. Francisco Filho (2005), ainda destaca que, com o desenvolvimento do capitalismo industrial, o Absolutismo chega ao final e a escola passa por grandes transformações. No entanto, a Nova Escola surge, mas ainda com a discriminação às classes menos privilegiadas. Assim, os filhos dos ricos eram ensinados para conseguir formação superior, enquanto que, os mais pobres recebiam ensinamentos para exercer um ofício. O autor, ainda assegura que, “com a organização da classe operária houve pressão para que a educação fosse melhorada” (FRANCISCO FILHO, 2005, p. 153).

É nesse panorama que, a busca por uma escola boa que atendesse as necessidades e a educação de todos surge. No entanto, essa busca ainda significava um sonho quase que inatingível para os menos favorecidos. Segundo Francisco Filho (2005), foi a partir desse sonho que nasceu os ideais pedagógicos de uma escola igualitária, gratuita e democrática. “O pensamento pedagógico iluminista trazido por Jean Jaques Rousseau (1712-1778), foi o divisor de águas entre o antigo e o moderno, na qual forneceu bases epistemológicas da educação nova” (FRANCISCO FILHO, 2005, p. 155).

No Brasil, na década de 1970, ao final da década de 1980, as escolas atendiam a demanda de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Nesse momento, o Tecnicismo foi muito utilizado para a formação de profissionais com habilidades para trabalhar nas indústrias e fábricas. Os recursos para fins educativos, eram escassos e não dava para suprir as necessidades da escola. Sendo os ideais de escola igualitária, gratuita e obrigatória a todos, sempre uma meta que não se conseguia alcançar, já que o governo reduziu drasticamente os recursos para esta área.

No final da década de 1970 a 1981, a educação assumia uma postura mais preocupada com fins sociais, pois ainda havia uma grande desigualdade neste eixo, alguns mais favorecidos economicamente, tinham acesso à educação com qualidade e enquanto a população menos favorecida ficava a margem da sociedade, sem ter como escolarizar seus filhos.

Na década de 1990, surge um novo eixo educacional, na qual visava a Educação para todos, só que desta vez ela possuía o mesmo critério do capital. Neste período, houve uma grande desmobilização social referente às lutas sociais da década passada. Passando assim, uma política educacional voltada para o capital monopolista.

Como indicam Jesus e Torres (2009, p. 136),

Diante da enorme dívida social que representa a falência do sistema educacional brasileiro, não podemos ingenuamente aceitar o novo senso comum da retórica neoliberal, segundo a qual a educação deve sair da esfera das políticas públicas (incompetentes) e inserir-se na lógica (eficiente) do mercado, adotando os padrões produtivistas e empresariais da qualidade total, para assim, cumprir sua moderna função de formar cidadãos-consumidores competitivos e empreendedores.

Durante os anos de 2000 começou a era do novo *milênio*, onde há uma forte influência de “*slogans*” que logo iria se tornar moda no Brasil como a sociedade da comunicação, que por vez o ramo de tecnologia cada vez mais vem crescendo e tomando espaço na sociedade visando também o crescimento econômico.

2.2 Práticas e tendências pedagógicas

As práticas pedagógicas visam melhorar o ensino e aprendizagem do professor, tornando-o reflexivo sobre suas práticas, para o melhor aprimoramento de seu desempenho em sala de aula. O cotidiano do professor deve ser marcado pela análise diária de suas práticas pedagógicas. O professor, então, deve analisar a realidade em que desenvolve sua prática, compreendê-la, interpretá-la e refletir sobre ela com o intuito de intervir, visando mudanças.

Para Gonçalves e Clemente (2014), a didática é uma área do ramo educacional que

surgiu para agregar o conhecimento da Pedagogia, constituindo-se num campo teórico-prático que ajudará professor a entender a realidade da docência e, principalmente, a refletir sobre sua prática e sobre a teoria, visando sempre à reconstrução desta.

No processo de formação, a didática opera entre conhecimento teórico-científico e técnico-prático; é como uma ponte que interliga a prática e a teoria. Sendo assim, o profissional da educação no plano da sua formação estuda disciplinas que se articulam e se organizam entre si, para que os educadores possam sustentar sua práxis na constante reflexão acerca de suas práticas e de seus conhecimentos teóricos.

Portanto, as tendências pedagógicas são de extrema relevância para a Educação, principalmente as mais recentes, pois contribuem para a condução de um trabalho docente mais consciente, baseado nas demandas atuais da clientela em questão. O conhecimento dessas tendências e perspectivas de ensino por parte dos professores é fundamental para a realização de uma prática docente realmente significativa, que tenha algum sentido para o aluno, pois tais tendências objetivam nortear o trabalho do educador, ajudando-o a responder a questões sobre as quais deve se estruturar todo o processo de ensino.

2.3 Formação profissional e a LDB 9.394/96

Em vista disso, há sempre constantes debates a respeito da tal formação do profissional que atua nas áreas de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental menor, na qual antigamente existia menos burocracia, possuindo um respaldo legal (LDB 9394/96, cap. VI, art. 60-68), mas não existia na época tanto cumprimento da lei para assegurar que nestas etapas possuísse profissionais aptos e qualificados a exercer e contribuir para um bom desenvolvimento das crianças inseridas neste processo.

Com a atuação da LDB (Lei de Diretrizes Básicas) veio de maneira mais formal assumir uma postura firme de que os profissionais para trabalhar com a Educação Infantil até as séries iniciais teriam que ter uma formação estabelecida por lei, partindo disto, as escolas começaram a entender e filtrar melhores condições de aprendizados para seus alunos, assumindo uma nova postura e pondo em prática admitindo novos profissionais gabaritados e que de fato tinham habilidades certas para assumir uma sala de aula dos alunos citados.

Ressaltar-se que, a realidade brasileira é muito difícil e confusa, que por isso não devemos deixar que a formação dos professores fosse vista como algo reto, simples e singular. Visto

que, no nosso território brasileiro possui uma grande diversidade cultural, tendo particularidades regionais e de especificidade de pequenas populações e grupos que são atendidos pela escola onde revelam grande necessidade diferenciada de serem atendidos almejando uma qualidade educacional ofertada a todos de forma que a educação seja a mesma.

A referida LDB 9394/96, em seu artigo 61, afirma que,

Art. 61 - A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (BRASIL 1996, p. 16).

No entanto, vale lembrar que, a lei é clara ao enfatizar com extrema relevância que a formação profissional dos profissionais da educação, principalmente a dos professores, deve atender primordialmente as metas da educação básica. Por meio da LDB, princípios, ações e direcionamentos norteiam a formação inicial e continuada e as práticas docentes em todo o país, propiciando uma unidade de ação nos cursos de formação e nas exigências de atuação dos professores.

É de extrema importância e urgente todas as maneiras regulares de formação e especialização, tais como, todos os mecanismos de atualização dos profissionais, sejam e estejam assegurados e essa formação seja orientada pelos pressupostos e diretrizes da educação básica. A partir daí, propõem-se então, uma formação adequada para estes profissionais e também uma formação continuada na qual possa, sempre está se desenvolvendo de acordo com os patamares da globalização, que vem tratando a cada dia.

3 CONCLUSÃO

Compreende-se que, a prática pedagógica deve pautar por um aperfeiçoamento constante e reflexivo além de uma formação de qualidade. Pois com as constantes transformações da sociedade, a escola assume um papel importante e decisivo nas relações com a sua clientela, sendo o professor responsável direto em mediar os conhecimentos necessários para a formação ética, crítica e reflexiva de seus alunos.

A formação continuada amplia sua capacidade perceptiva acerca da aprendizagem de seus alunos e renovando suas práticas metodológicas de modo que torne sua ação mais dinâmica na sala de aula. Além disso, percebe-se que ampliar os conhecimentos deve ser um processo contínuo,

pois a cada dia surgem novos estudos sobre a forma como a aprendizagem pode evoluir. Os professores que permanecem estáticos, e, não participam dos cursos de formação se distanciam das inovações e, com isso, não conseguem realizar uma aula dinâmica.

Portanto, espera-se que, este estudo possa tornar mais intenso a busca pela formação de professores e, ainda que amplie o debate sobre formação continuada dos professores e sua práxis pedagógica. Ressalta-se, aqui, a importância dessa pesquisa para a formação acadêmica e, a forma como ampliou o aprendizado do investigador e ao mesmo tempo leva a reflexão acerca da importância de o professor repensar suas ações, de modo a torná-la crítica e inovadora buscando uma prática pedagógica e da qualidade do ensino oferecida aos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96, de 4 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BORGES, Gilberto André. **Trajetória da educação no Brasil**. Florianópolis: E-book, 2005. Disponível em <www.musicaeeducacao.mus.br> . Acesso em 07 abril. 2016.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **História geral da educação**. 2 ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2005.

GONÇALVES, Juliana Brassolatti; CLEMENTE, César. **Metodologia do ensino de matemática**. Batatais, SP: Claretiano, 2014. 154 p.

JESUS, Sônia Meire S. A. de Jesus; TORRES, Lianna de Melo. **Educação e movimentos sociais: tensões e aprendizagens**. In FREITAS, Anamaria G. Bueno de; SOBRAL, Maria Neide. História e memória: o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe. (1968-2008). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1990.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANE, Demerval. **Escola e democracia**. 6a Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1985.